

CO determina renovação de contrato da professora Marina Nóbrega

O Conselho Universitário (CO), por 45 votos a favor e 40 contra, acautou o recurso interposto pela professora Marina Paseto Nóbrega e determinou a renovação de seu contrato de trabalho junto ao Departamento de Biologia, do Instituto de Biociências. A professora não teve o contrato renovado, em 19 de janeiro deste ano, sob alegações não acadêmicas. A decisão do Conselho determina a recontração a partir da data de seu afastamento da universidade. A discussão (e decisão) ficou evidente que ela preenche todas as condições acadêmicas para ter o seu

contrato renovado nos padrões tradicionais da universidade, isto é, pelo período de três anos. O processo de recontração foi encaminhado à reitoria da USP, que já está providenciando a regularização da situação funcional. A comunidade universitária aguarda um rápido desfecho para que a professora possa ser reintegrada plenamente à vida acadêmica e receber imediatamente os salários não pagos nos últimos seis meses.

O resultado da reunião do CO sinaliza claramente que decisões equivocadas, tomadas nas diversas instâncias da universidade e muitas vezes

impregnadas por razões pessoais, podem ser revistas quando debatidas mais amplamente. Este caso, inédito, prenuncia a discussão por toda a universidade de vários outros casos que tramitam no interior dos institutos e nos remete à tomada de uma decisão quanto à precariedade dos contratos de trabalho.

Cabe ressaltar que durante os seis meses em que permaneceu desligada da folha de pagamento, a professora enfrentou a situação com grande espírito de luta. Esse exemplo de resistência anima a todos que buscam aumentar o espaço democrático na universidade pública.

CONTRATO PRECÁRIO

Isso tem que acabar

Adusp estará realizando dia 14 de setembro um debate para analisar propostas de encaminhamento para a extinção da contratação precária de professores na Universidade de São Paulo, hoje estimados em 2.000 (cerca de 40% do quadro). O encontro, marcado para as 17 horas no Anfiteatro de História, deverá contar com a presença de um representante da reitoria da USP. Também foram convidados representantes da Unesp e Unicamp que participaram do processo de elaboração de propostas para extinção dos contratos precários naquelas universidades. A Unicamp adotou como solução para o problema a perenização dos contratos, enquanto a Unesp seguiu o caminho da celetização (contratação via CLT).

Antes do debate a Adusp estará lançando a campanha pelo fim dos contratos precários com a apresentação de um cartaz alusivo ao tema. O cartaz, elaborado pelo arquiteto Minoru Naruto, professor do Departamento de Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, traz, em manchete, a frase "Contrato Precário: insegurança para o professor, para o ensino, para a pesquisa". Abaixo, à direita, o cartaz traz a inscrição "Isso tem que acabar". Este é o primeiro de uma série de cartazes que a Adusp pretende elaborar, até o final do ano, chamando atenção para os principais problemas que atingem a Universidade de São Paulo.



Nas páginas 3, 4 e 5 o Informativo Adusp publica o resultado e a análise da pesquisa elaborada junto aos associados sobre a contratação precária de professores.

Cruesp não negocia salários

O presidente do Cruesp, José Martins Filho (reitor da Unicamp), encaminhou correspondência ao Fórum das Seis afirmando "ser impossível, até o presente momento, a realização de qualquer reunião com as entidades porque há uma indefinição total dos caminhos da situação econômica nos próximos meses". Diz o texto que a situação econômica do país, e em particular do estado de São Paulo, constitui, como é notório, grande preocupação para as universidades como um todo, frente à queda progressiva do ICMS e ao alto grau de comprometimento do orçamento com salários. Diante desta disposição do Cruesp, o Fórum das Seis estará se reunindo no dia 12 de setembro para definir os rumos de uma campanha salarial de emergência a ser deflagrada ainda neste segundo semestre.

Os docentes e funcionários da USP, Unesp e Unicamp estão entrando no quarto mês após a data-base sem qualquer perspectiva de reajuste salarial. Somente a inflação acumulada dos meses de junho e julho, calculadas pelo ICV-Diecse, atinge 9,67%, o que exige um reajuste igual ao da data-base (10%) para repor o poder aquisitivo dos salários.

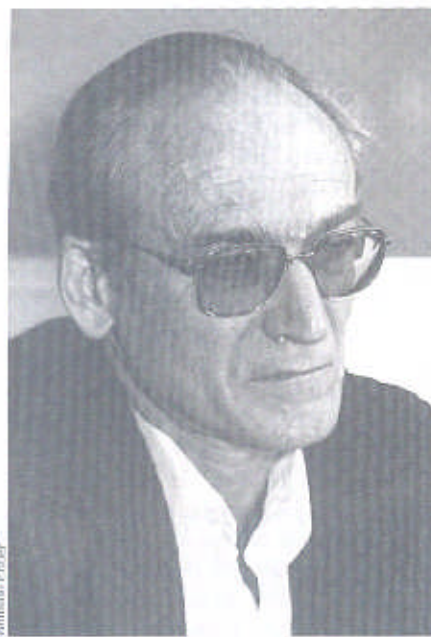
O governo Mário Covas, a exemplo de seu antecessor, Fleury Filho, efetuou em julho os repasses às universidades a partir de uma projeção subestimada de que sua quota parte totalizaria R\$ 979 milhões (queda de 10% em relação ao mês anterior). Ao encerrar o mês de julho, constatou-se que a arrecadação superou a de junho, atingindo R\$ 1,089 bilhão. Uma considerável diferença de R\$ 110 milhões.

USP revê processo de prof^a. morta no regime militar

O reitor da USP, Flávio Fava de Moraes, acatou parcialmente a petição do professor da ECA e jornalista Bernardo Kucinski (foto) e determinou o cancelamento da dispensa da professora Ana Rosa Kucinski por abandono de emprego. Morta durante o regime militar, Ana Rosa, irmã de Bernardo, foi afastada da universidade sob a alegação de ter abandonado suas atividades de docente do Instituto de Química.

Bernardo Kucinski mostrou-se satisfeito com o fato de o reitor já ter determinado as devidas anotações no prontuário e no processo de contratação de Ana Rosa, mas não concorda com o parecer jurídico da USP. "Conforme eu suspeitava o parecer não atende todos os itens da minha petição. Na realidade o reitor decidiu em função de outros fatos e não baseado no meu pedido", afirma Bernardo.

Na petição, entregue dia 9 de julho, o professor Bernardo solicita a Fava de Moraes que seja declarado nulo o ato do reitor à época do afastamento (1974), Orlando Marques de Paiva, e que seja declarado nulo o processo administrativo disciplinar que resultou na demissão por suposto abandono de cargo. "Pedimos a anulação do processo em seu mérito. Se é importante reabilitar a memória de minha irmã, do mesmo modo é importante reabilitar a própria USP", diz Kucinski.



Renato Fradet

Dois Pontos

Florestan Fernandes

Daniel Buz Garcia



Em homenagem ao professor Florestan Fernandes, falecido dia 10 de agosto, estará circulando, este mês, número especial da Revista Adusp. Esta edição foi inteiramente dedicada a Florestan Fernandes e traz dois textos inéditos produzidos por ele. "Universidade e Talento" foi redigido em 1991 e "Reflexões sobre o socialismo e a auto emancipação dos trabalhadores", parte de um livro que está sendo editado pelo professor Oswaldo Coggiola, do Departamento de História, foi extraído de uma palestra proferida em 1994 no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Esta edição traz depoimentos dos filhos Heloisa e Florestan Fernandes Júnior, que falam das relações familiares, e do professor Antonio Candido, grande amigo de Florestan Fernandes. A professora Mirian Limoeiro escreve sobre a importância da obra de Florestan Fernandes e o historiador Jacob Gorender analisa sua trajetória através do marxismo.

Efeito Real

Dados divulgados pela Fiesp, em 29 de agosto, indicam que a indústria paulista emprega hoje 7.634 pessoas menos do que empregava em julho de 1994, início do Plano Real.

Nesse período, 82.883 novas vagas foram abertas, enquanto 90.517 foram fechadas. Apenas na terceira semana de agosto, o nível de emprego industrial em São Paulo recuou 0,44%, o que representa 10.220 postos de trabalho que deixaram de existir. Desde o início do mês, a indústria fechou 28.024 postos. Enquanto os trabalhadores enfrentam o desemprego na carne, o presidente Fernando Henrique Cardoso brinca com os jornalistas, ao falar sobre o tema recessão. "Dez vem em quando vejo 'ameaça de recessão'. Não existe isso. Pode haver alguma nuvem aqui e ali".

Estatutos

Até o final deste mês os associados estarão recebendo o **Caderno Adusp** "Estatuto. É hora de mudar", resultado de um simpósio realizado em Ribeirão Preto, no primeiro semestre deste ano. No Caderno são retratadas as posições de dez professores sobre a necessidade ou não de mudanças no Estatuto: Isaias Raw, Roberto Leal Lobo e Silva Filho, Zilda Iokoi, Alberto Carvalho da Silva, Francisco Romeu Landi, Rogério Meneghini, Wilson Roberto Navega Lodi, Hugo Aguirre Armeilin, Wilian Saad Hossne e Francisco Miraglia.

Comunicação Adusp

O editor do **Informativo** e da **Revista Adusp**, jornalista Marcos Cripa, analisou a Comunicação Sindical, dentro da IV Semana de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Cripa abordou o papel e o avanço do jornalismo sindical no estado de São Paulo e apresentou, a cerca de 70 alunos e professores de jornalismo, o projeto de comunicação da Adusp implantado no ano passado.

Adusp

Diretoria:

Marco A. Brinatti, Oswaldo Coggiola,
Jair Borin, Heloisa D. Borsari,
Valéria De Marco, Primavera Borelli,
Roberto M. Yamagita, José Nivaldo
Garcia, Antonio César Fagundes,
José Marcelino Rezende Pinto,
Ozírde Manzollí Neto.

Editor:

Marcos Luiz Cripa vd

Projeto Gráfico:

Argem Godoy

Produção Gráfica:

Maria Cristina Waldgrom e

Luís Ricardo Câmara

Revisão:

Raquel La Corte

Secretaria:

Rogério Yamamoto

Alexandra Carillo

Distribuição:

Marcelo Chaves

Walter dos Anjos

Tiragem: 6.500 exemplares

Periodicidade: mensal

Filmes: Paper Express

Adusp-S.Sind.: Av. Prof. Luciano

Gualberto, trav. J, nº 374

Cid. Universitária - São Paulo - SP

CEP 05508-900 - Tel: (011) 813-5573

Fax: (011) 814-9321

Novo endereço na Internet

Após o cadastramento dos usuários das máquinas fox e eat, empreendido pelo CCE (Centro de Computação Eletrônica), no final do semestre passado, o endereço eletrônico da Adusp foi alterado para adusp@org.usp.br.

Em breve, a entidade pretende iniciar a distribuição de notícias através de informes e boletins enviados por e-mail para as pessoas que se interessarem. Para receber esses informes via Internet, basta se cadastrar no mailing eletrônico da Adusp: envie mensagem para o endereço acima, com a seguinte frase como subject: Mailing Adusp. Depois, é só aguardar.

Resultado da pesquisa e propostas de encaminhamento

Há algum tempo já, a Adusp vem se manifestando contra a situação dos docentes não-concursados. Submetidos à incerteza das renovações periódicas de contrato, estes docentes acabam ficando à mercê de políticas departamentais frequentemente perversas e quase sempre despreocupadas em relação às conseqüências da não-renovação sobre a vida dos colegas. Conforme temos dito, precários e efetivos não se distinguem nos deveres, mas distinguem-se bastante claramente quanto aos direitos. Embora se exija de ambos exatamente o mesmo, o que se garante a cada um é bastante diferente.

Em abril de 1995, a Adusp publicou, no **Informativo** nº 9, um texto em que começou a levantar as possíveis soluções para o problema da contratação dos atuais precários. O problema é, porém, muito grande. Envolve, por um lado, um número significativo de colegas (cerca de 2.000), cuja adesão é condição necessária para se encaminhar qualquer possível solução. Por outro lado, envolve questões de direito trabalhista bastante delicadas, cuja solução deve ser a mais plausível, a mais direta e a mais favorável aos docentes precários sem, no entanto, implicar em prejuízo para os docentes efetivos. Envolve, ainda, necessariamente, a administração da universidade. O problema e sua solução devem ser equacionados de forma a que possamos exigir do Reitor e do Conselho Universitário um posicionamento claro e definitivo que resulte no fim dos contratos precários.

Considerando que a questão dos contratos precários tem implicações importantes, a diretoria da Adusp decidiu encaminhar de forma gradual a discussão do problema e as propostas de como resolvê-lo. Assim, após recolocar a questão no **Informativo Adusp** nºs 5 e 9, foi encaminhado aos

associados um questionário que pretendia começar um processo de caracterização da atual situação dos docentes precários e de suas expectativas e propostas para solução do problema. Embora já tenhamos divulgado os dados de maior impacto, aguardamos até agora, quando o ritmo de devolução tornou-se muito mais lento e bastante imprevisível, para fazer uma avaliação mais elaborada dos dados obtidos.

Recebemos 591 respostas. Considerando que foram enviados cerca de 2.500 questionários, (não foram enviados questionários aos colegas aposentados e aos não-associados) isso significa um recorde: aproximadamente 23,5% dos questionários foram respondidos e devolvidos.

É possível que o total - 2.500 - tenha sido inflacionado em algumas unidades. Fomos informados de que colegas não-associados manifestaram que gostariam de responder o questionário - apesar de não tê-lo recebido - tendo, no caso, o conselheiro da unidade tido a louvável iniciativa de xerocar e distribuir alguns questionários extras. Mesmo assim, o número de respostas nos surpreendeu e deu a devida dimensão do problema: trata-se de uma preocupação que, de fato, está mobilizando os docentes da USP.

Quem respondeu?

• Unidades

Vieram questionários respondidos de quase todas as unidades, conforme mostra a Tabela 1.

Só o MAE e o Museu Paulista não mandaram respostas. A maior quantidade de respostas veio da Faculdade de Medicina, da Poli, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, o que repete a distribuição de docentes pelas unidades (a fonte para os dados da USP foram diferentes tabelas do

Tabela 1: Porcentagens de respostas em relação ao universo de cada unidade

Unidade	Respostas	nº de professores	% da unidade
não declarou	2		
ECA	16	192	8,33%
EE	14	82	17,07%
EEF	3	39	7,69%
EERP	17	71	23,94%
EESC	28	217	12,90%
EP	61	564	10,82%
ESALQ	31	254	12,20%
FAU	18	138	13,04%
FGF	6	103	5,83%
FCFRP	6	82	7,32%
FD	6	139	4,32%
FE	19	104	18,27%
FEA	11	251	4,38%
FFCLRP	20	119	16,81%
FFLCH	44	422	10,43%
FM	45	363	12,40%
FMRP	23	257	8,95%
FMVZ	8	92	8,70%
FO	18	165	10,91%
FOB	7	96	7,29%
FORP	3	96	3,13%
FSP	26	122	21,31%
FZEA	13	33	39,39%
IAG	17	65	26,15%
IB	15	104	14,42%
ICB	17	185	9,19%
ICMSC	8	67	11,94%
IF	19	178	10,67%
IFSC	2	56	3,57%
IGC	9	66	13,64%
IME	28	211	13,27%
IO	2	41	4,88%
IP	14	96	14,58%
IQ	8	119	6,72%
IQSC	3	39	7,69%
MAC	3	8	37,50%
MZ	1	12	8,33%

Tabela 2: Distribuição segundo a titulação

Titulação	Amostra		USP	
	N	%	N	%
bacharel/licenciado	14	2,4%	225	4,4%
mestre	117	19,9%	1006	19,6%
doutor	309	52,6%	2418	47,0%
livre-docente	102	17,3%	791	15,4%
titular	46	7,8%	701	13,6%
Totais	588	100,0%	5141	100,0%

Anuário Estatístico de 1994). Em termos de participação na nossa amostra (não nos preocupamos em definir características da amostra porque consideramos que a oportunidade era para livre manifestação. O uso do termo no texto é, então, apenas descritivo e não técnico), os grandes campeões foram a Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos, o Museu de Arte Contemporânea, o Instituto Astronômico e Geofísico, a

Faculdade de Saúde Pública e a Faculdade de Educação. No caso do IAG e da FE, é possível que a grande motivação para responder tenha sido o grande número de precários, que é maior naquelas unidades que na média da USP.

• Categoria Docente

Chegaram mais respostas dos doutores, como a Tabela 2 mostra. Isso não é novidade, refletindo apenas a predominância desta categoria no quadro de docentes da

Universidade de São Paulo. Com relação a esta referência, a única discrepância ficou por conta das respostas dos titulares, que constituem 7,85% da nossa amostra e 13,6% dos quadros da USP.

• Regime de Trabalho

A Tabela 3 nos permite ver que os docentes em RDIDP foram os que mais responderam. Em relação à distribuição na universidade, houve uma porcentagem um pouco maior de respostas vindas dos RDIDP e um pouco menor das outras categorias o que, provavelmente, reflete a presença maior dos docentes em período integral nas atividades da universidade.

• Forma de Contratação

Conforme poderíamos prever, a Tabela 4 mostra que houve mais respostas de docentes em contrato precário do que seria esperado pela distribuição na USP. Difícil seria entender se tivesse ocorrido o contrário...

Assim, exceto pela forma de contratação, o que é bastante razoável, a distribuição das diversas características dos docentes que responderam o questionário não mostra qualquer viés sistemático em relação à distribuição das mesmas características na USP. Nossa amostra é, portanto, representativa e confiável.

• Os Precários

Buscando caracterizar efetivos e precários da nossa amostra, a Figura 1 mostra que quanto maior o tempo de trabalho na USP, maior a probabilidade de o docente se tornar efetivo. Assim, 66% dos precários têm até 10 anos de trabalho na USP.

Porém, embora este seja o quadro geral, há docentes com contrato precário que têm mais de 20 anos de USP! É o caso de 3,2% dos precá-

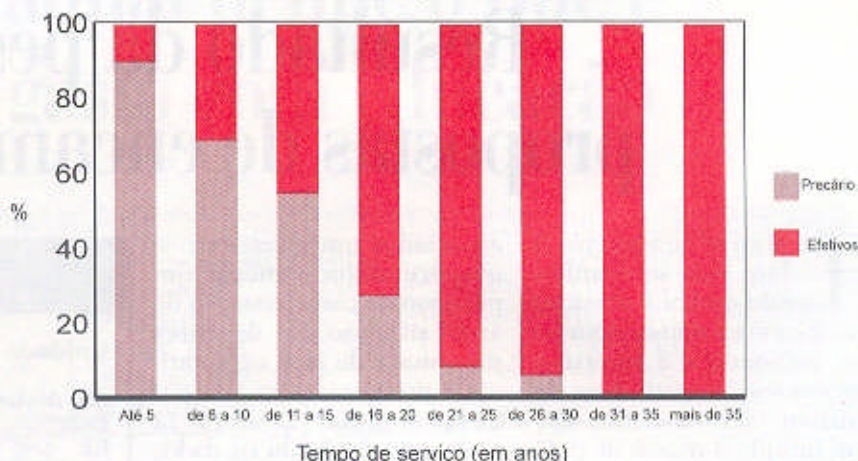
rios da nossa amostra. Há até mesmo dois docentes com 28 anos de trabalho na USP e que ainda são contratados precariamente. Ou seja: o tempo de serviço como docente não garante a abertura de concurso e a efetivação.

Explorando um outro ângulo, a Figura 2 mostra que 67% dos docentes com até 15 anos de serviço na USP são precários. Ou seja, quando contratados pela USP, a grande maioria dos docentes precisa esperar até 15 anos para se submeter a um concurso público e se tornar efetivo (ou não, eventualmente...). Mais: a USP não contrata por concurso público, violando claramente a Constituição de 1988.

Além de terem menos tempo de serviço na USP, os precários são mais jovens do que os efetivos (Tabela 5). Aí, também, um dado curioso: é mais provável o homem se tornar efetivo que a mulher... A porcentagem de mulheres com contrato precário é sempre maior do que a de homens, para a mesma faixa de tempo de serviço e de idade e titulação. Isso pode revelar apenas um efeito de seleção de amostra já que o número de homens que respondeu foi maior que o de mulheres.

Quanto à titulação, a comparação entre efetivos e precários fica prejudicada por definição, já que todos os auxiliares de ensino e os mestres são precários pelo Estatuto.

Distribuição docente por tempo de serviço



E como tratar a questão dos precários?

A Tabela 6 é a que devemos mostrar o caminho. Vejamos lá.

Ainda há colegas que manteriam a situação como está: 2,5% dos que responderam. Curiosamente, há sete precários e sete efetivos no grupo. Há também muitos - 22% - que não responderam a pergunta 10. Talvez os dois casos possam ser encarados em conjunto, ao menos por um lado: o lado do medo. Poderia ser o caso de "se correr, o bicho pega; se ficar, o bicho come". Por outro lado, há uma diferença clara: os 22% que não respondem não querem que os contratos precários permaneçam como estão ou teriam assinalado a alternativa correspondente. Assim, é possível que estes 22% não queiram manter os atuais precários mas não saibam o que propor. O fato de haver 74% de efetivos entre estes 22% reforça esta segunda hipótese.

Entre as propostas apresentadas pelo questionário - celetização e perenização - o total geral favoreceu a celetização: 32 x 22%, respectivamente. A escolha aqui dependeu muito claramente da condição de contratação. Entre os efetivos, 35% se colocaram a favor da celetização e apenas

7% da perenização. Entre os precários, 24% escolheram a celetização e 38% a perenização. Titulação também parece ser condição determinante. Só mestres preferiram a perenização. A preferência pela CLT cresce com a titulação entre doutores, livre docentes e titulares... Só 14 auxiliares de ensino responderam a pergunta; embora a preferência pela CLT seja maciça, o número total é muito pequeno para permitir conclusões.

Cento e trinta e três colegas assinalaram a opção outras. Dentre estes, 39,4% propuseram a realização de concursos e 24,8% retomaram a celetização, associada a concursos ou a alguma salvaguarda ou somada à perenização (cabendo a escolha ao próprio docente, parece). Ainda houve outras idéias: 16,8% dos 133 lançaram um grito de guerra: avaliar todos! e 9% não sabem o que fazer, mas defendem que haja o mesmo regime para todos.

Comentários: a expressão livre do docente.

Além de responderem as perguntas do questionário, os colegas usaram o espaço para se manifestar. Houve 195 questionários com comentários, sugestões, críticas, cló-

Tabela 3: Distribuição segundo o regime de trabalho

Regime	Amostra		USP	
	N	%	N	%
RDIDP	474	80.6%	3961	74.4%
RTC	84	14.3%	989	18.6%
RTP	30	5.1%	377	7.1%
Totais	588	100.0%	5327	100.0%

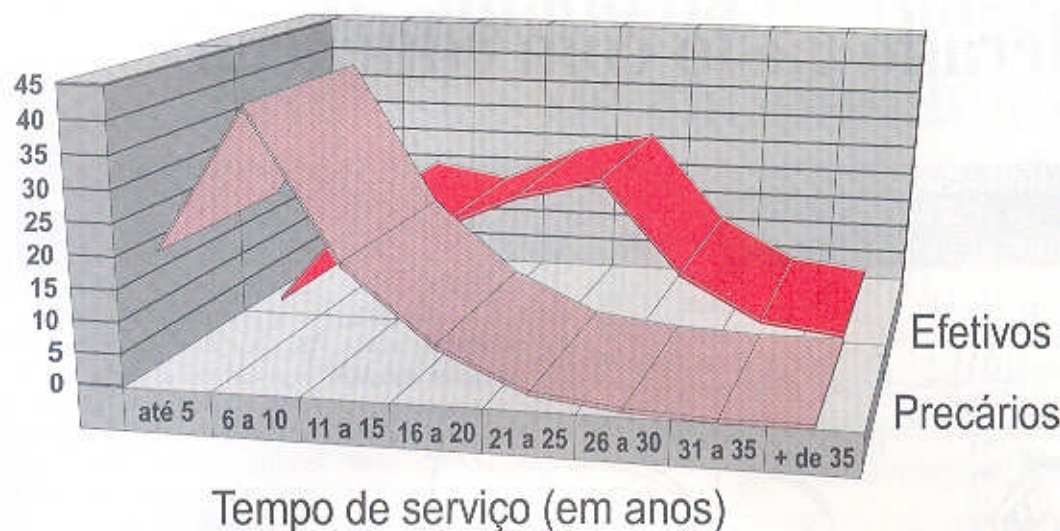
Tabela 4: Distribuição segundo a condição

Condição	Amostra		USP	
	N	%	N	%
Efetivo	300	51.4%	3180	62.0%
Precário	284	48.6%	1950	38.0%
Totais	584	100.0%	5130	100.0%

Tabela 5: Distribuição por sexo, condição e idade

	Efetivo		Precário		Total
	N	%	N	%	
até 30	2	10.0%	18	90.0%	20
de 31 a 40	45	23.8%	144	76.2%	189
de 41 a 50	142	62.3%	86	37.7%	228
de 51 a 60	93	76.2%	29	23.8%	122
mais de 60	14	66.7%	7	33.3%	21
homens	207	56.7%	158	43.3%	365
mulheres	93	42.5%	126	57.5%	219

Distribuição por tempo de serviço na USP



gios etc., etc. A avaliação dessa manifestação espontânea é, certamente, difícil: manifestou-se quem tinha para dizer alguma coisa que considerava muito importante. Portanto, há um claro efeito de seleção sobre quem se manifestou e sobre o que foi dito. De qualquer forma, é exatamente este efeito que nos interessa conhecer.

Uma categorização preliminar, acompanhada pela porcentagem de ocorrência de cada categoria, encontra-se na Tabela 7. A sensação - impressionista - de quem lê os relatos é de grande insatisfação entre os docentes. Excesso de trabalho é uma referência constante: 70 horas semanais é uma marca que aparece em vários questionários. Este excesso, em geral, é atribuído a dois motivos que, perversamente, se aliam contra o docente. São eles a falta de reposição de quadros (perdidos por aposentadoria, principalmente) e a pressão da avaliação. O docente dá aulas, atende alunos e cuida da administração da universidade durante os dias de semana de trabalho. Sobram as noites e os fins de semana para ler, corrigir e preparar provas e trabalhos, escrever textos didáticos e artigos.

Os colegas apresentam sugestões de variada natureza para dar conta da insatisfação. Diminuir a carga de burocracia, aumentar o salário (para evitar a necessidade de trabalho fora da universidade, que, às vezes, ainda se soma às 70 horas dedicadas à USP...), mudar estatuto para dividir as chefias com MS1 e MS2 etc., etc. **Bom ouvirmos, senhor reitor!!!**

A insatisfação atinge - e muito - a atuação da CERT. Aparecem críticas e sugestões (como incluir docência e extensão nas atividades avaliadas) ao lado de relatos de arbitrariedades cometidas na renovação do próprio contrato do docente. Treze docentes relataram terem tido problemas na renovação, desde atraso na manifestação da CERT até desrespeito à decisão do Conselho de Departamento e da Congregação.

Finalmente, os docentes também falaram especificamente do seu sindicato. Houve muitos elogios à iniciativa de lutar contra os contratos precários e algumas críticas à forma como o questionário estava elaborado. Houve também duas ou três críticas à Adusp. De modo geral, os colegas parecem claramente incomoda-

dos com os contratos precários e cobram da Adusp uma ação clara e definitiva pelo término dessa VERGONHA.

O QUE FAZER?

Até aqui, os dados. Agora, os próximos passos. Temos, claramente, dois momentos na luta contra os contratos precários. O primeiro é o que fazer para resolver o problema dos docentes atualmente contratados precariamente. O segundo é como proceder para garantir que não haja novos contratos precários, isto é, como proceder para fazer cumprir de vez na USP a Constituição de 1988.

Perenização, celetização e concursos públicos para atuais contratados são as soluções que já foram adotadas em outras universidades. Perenizar é declarar não-temporários os atuais contratos precários. Estes continuariam precários mas não se exigiria que o docente solicitasse periodicamente a renovação do contrato. Celetizar é aplicar as regras da CLT. Concursos públicos poderiam ser realizados nos moldes usuais.

Cada solução tem vantagens e desvantagens, cada uma tem seu risco para o docente, cada uma implica em maior ou menor gasto para a USP, cada uma tem

seu precedente, mais ou menos feliz. Antes de tomar qualquer decisão, é preciso analisar e entender todas as consequências de cada uma. Portanto, nossa primeira etapa deverá ser, necessariamente, de estudo.

Esta é uma etapa em que será necessária a participação ampla dos colegas: quanto maior o número de pessoas engajadas na busca de informação, mais completo o quadro que será possível obter. Desta etapa, deverão sair relatórios descritivos, claros e completos, que serão divulgados amplamente e debatidos entre os docentes. A convocação está feita: quem quiser se integrar aos grupos de estudo poderia participar de uma reunião preliminar na sexta, 15 de setembro, às 15h, na sede da Adusp. Quem quiser participar dos trabalhos e não puder estar na reunião, por favor ligue para o ramal 4466 e deixe nome, telefone e melhor horário para reuniões.

Garantida a informação, será preciso definir nossa estratégia de decisão. Plebiscito? Assembléias? Qual seria o critério: maioria ou se buscariam um consenso?

E, finalmente, depois de decidir o que fazer, deveríamos ter clara nossa forma de luta e restaria empenharmos nela.

É bastante trabalho. Mais do que isso, é um trabalho que envolverá decisões que alterarão a vida de muitos colegas e a vida da instituição, com consequências a curto, médio e longo prazos. Portanto, terá que ser feito de forma muito cuidadosa. Só com o posicionamento claro e decidido da grande maioria dos docentes é que qualquer decisão e qualquer estratégia poderão ser implementadas.

Para isso, pensamos em realizar o trabalho ao longo de todo este segundo semestre. Dentro de três ou quatro semanas, deveremos publicar o texto de análise das várias propostas. Contamos com sua adesão e com sua atenção. Participe!

Tabela 6: Distribuição das respostas à pergunta 10 segundo a condição

	celetizar	perenizar	outra	não respondeu	manter a atual situação
outros/brancos	2	1	1	2	1
efetivos	112	22	65	94	7
precários	69	108	67	33	7
Totais	183	131	133	129	15

Tabela 7

Cumprimentos à Adusp pela iniciativa	10,2%
Avaliação do questionário	7,3%
Sugestões (à Adusp e/ou à administração da USP)	30,6%
Reclamação contra atividades burocráticas	8,0%
Críticas à atuação da Adusp	1,4%
Relato de problemas e/renovações do próprio contrato	8,0%

Conselho Estadual define o que é considerado gasto com educação

O Conselho Estadual de Educação (CEE) fixou orientação sobre a caracterização de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino de I e II Graus. O presidente do CEE, Nacim Walter Chieco, fala sobre essa nova orientação e suas conseqüências para a educação.

Adusp - O que estabelece a deliberação do Conselho Estadual de Educação sobre a caracterização de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino?

Nacim - Essa deliberação, na forma de orientação, representa uma tomada de posição do Conselho sobre um assunto da maior relevância na educação no estado de São Paulo e também no Brasil, uma vez que outros estados também estão debatendo esta mesma questão. O Conselho estabelece regras mínimas sobre a questão dos recursos constitucionalmente vinculados à educação. No caso de São Paulo, a Constituição Estadual fixou a destinação de 30% da receita de impostos para a educação e esse percentual precisava de uma definição do que vem a ser despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino. Esse é um assunto que vem sendo discutido há tempo nos meios educacionais, pelo governo e pelas entidades sindicais, mas nunca prosperaram as tentativas de se estabelecer essas regras de gastos para a educação.

Adusp - Quais os itens considerados gastos fundamentais com educação?

Nacim - São dezesseis, ao todo: 1) remuneração de professores, especialistas da educação e demais servidores do sistema de ensino; 2) aperfeiçoamento de professores, especialistas e demais servidores do sistema de ensino; 3) aquisição e manutenção de



equipamentos; 4) execução de serviços de manutenção de prédios; 5) pagamento de serviços indispensáveis ao funcionamento de escolas; 6) execução de serviços de administração do sistema de ensino e apoio técnico à ação educativa; 7) aquisição e manutenção de recursos didáticos para o ensino; 8) realização de estudos e pesquisas, por instituição de ensino ou órgão próprio, que visem aperfeiçoar o processo de ensino e aprendizagem; 9) manutenção e desenvolvi-

mento do sistema público de ensino; 10) execução de serviços de impressão e publicação de estudos, pesquisas e manuais de legislação e administração; 11) realização de congressos, reuniões científicas e eventos destinados à divulgação de estudos, pesquisas e intercâmbio de informações; 12) realização de estudos e pesquisas por instituições privadas, financiadas pelo Poder Público, que visem a melhoria e a eficiência do sistema público de ensino; 13) manutenção e desenvolvimento do ensino militar, quando se tratar de ensino fundamental, médio e superior de graduação; 14) concessão de auxílio financeiro a alunos que não possam suprir necessidades inerentes a sua escolarização; 15) manutenção e desenvolvimento da educação especial e 16) amortização de dívidas provenientes de operações de crédito, realizadas com o objetivo de manutenção e desenvolvimento dos serviços do siste-

segurança e outras formas de assistência social; a formação e treinamento dos quadros de pessoal da administração pública; a concessão de bolsas de estudo de alunos da rede particular de ensino, exceção ao estabelecido no parágrafo 1º do artigo 213 da Constituição Federal; a construção, aquisição e manutenção de ginásios de esportes, centros culturais e recreativos, teatros, bibliotecas públicas e assemelhados, quando não pertencentes ao conjunto da unidade escolar; a construção, aquisição e manutenção de edifícios, equipamentos e instalações de rádio e televisão, ainda que de caráter educativo, e as obras de infraestrutura urbana, mesmo que vinculadas ao funcionamento de unidades escolares. Essa deliberação foi tomada porque em vários municípios eram feitas benfeitorias urbanas nas imediações das escolas e computavam-se como gastos educacionais.

Adusp - A expectativa do Conselho é de que sobre mais verbas para serem investidas na melhoria da educação?

Nacim - É esse o foco principal da questão e a preocupação básica do Conselho. Esperamos que um maior volume de recursos seja destinado à atividade direta de ensino, ou seja, o dia-a-dia do funcionamento de uma escola, a exemplo do pagamento

Essa deliberação foi tomada porque em vários municípios eram feitas benfeitorias urbanas nas imediações das escolas e computavam-se como gastos educacionais.

mento das atividades de pesquisas e extensão dos serviços à comunidade, sempre que associado ao aperfeiçoamento do ensino; 10) execução de serviços de impressão e publicação de estudos, pesquisas e manuais de legislação e administração; 11) realização de congressos, reuniões científicas e eventos destinados à divulgação de estudos, pesquisas e intercâmbio de informações; 12) realização de estudos e pesquisas por instituições privadas, financiadas pelo Poder Público, que visem a melhoria e a eficiência do

ma de ensino público.

Adusp - Segundo a orientação do Conselho, quais os itens que devem deixar de ser computados como educação pelo governo?

Nacim - Nós excluimos do percentual destinado à educação o pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciais a servidores públicos estatutários ou não, mesmo daqueles oriundos dos quadros do magistério; a manutenção de programas assistenciais do tipo merenda, saúde, assistência psicológica, transporte,

de professor e pessoal que está trabalhando naquele momento na escola, gastos com conservação da escola, aquisição e manutenção de equipamentos etc. Agora, estamos excluindo gastos também importantes, mas que não devem constar do percentual destinado exclusivamente à educação. É evidente que deve existir a métrica escolar, mas com recursos de outra rubrica dentro do orçamento. As aposentadorias também se enquadram nessa mesma linha de raciocínio e devem ser pagas através de uma conta à parte.

Adusp - Os aposentados perdem ou ganham, segundo esta proposta do Conselho?

Nacim - Nós temos clareza de que esta medida, a médio prazo, trará benefícios tanto para os aposenta-

dos quanto aos que estão na ativa. Outras dificuldades poderão surgir para os aposentados, a exemplo da ameaça à isonomia, mas isso é outra questão. Mantidas as regras atualmente em vigor, nós temos certeza de que essas medidas trarão benefícios para os aposentados.

Adusp - Qual é o peso dessa deliberação do Conselho junto ao governo do Estado e à Assembléia Legislativa?

Nacim - O Conselho fixou essa orientação porque não existe uma lei específica. Esse assunto, segundo a Constituição Estadual, deve ser objeto de uma lei, e o artigo 255, no seu parágrafo único diz que "a lei definirá as despesas que se caracterizam como manutenção e desenvolvimento do ensino".

Ocorre que a nossa Constituição é do ano de 1989 e até hoje nós não temos essa lei. Tivemos, sim, projetos de lei sobre o assunto, mas que não foram adiante e estão arquivados. Na falta desta regra, reina o caos e cada município adota uma linha para definir os gastos com educação. Diante deste quadro, o Conselho resolveu se posicionar e essa orientação pode ser adotada imediatamente pelo poder executivo estadual e os municipais, já que falta a lei. Eles não são obrigados a adotar essa orientação, porém, é altamente conveniente para os interesses da educação e da população que adotem.

Adusp - A secretaria da Educação já se manifestou sobre essa orientação?

Nacim - A secretaria da Educação, numa atitude bas-

tante consciente e corajosa, homologou a orientação do Conselho Estadual de Educação. Portanto, entendo que ela assumiu a orientação. Aguardamos que o governo, após discutir com a sociedade, encaminhe projeto de lei para ser analisado pela Assembléia Legislativa.

Adusp - Essa decisão facilita a municipalização do ensino?

Nacim - Pode facilitar, mas não podemos dizer que seja um instrumento para a municipalização. Essa orientação torna clara a regra, mesmo que não ocorra a municipalização. Então, é uma medida saneadora em todos os sentidos e pode facilitar a municipalização na medida em que deixa claro os gastos que os municípios terão com educação.

Recursos para a educação pública

Otaviano Helene

A crise do sistema educacional brasileiro só é menos impressionante do que a atitude passiva e conveniente das autoridades e órgãos governamentais responsáveis pelo setor. Segundo o Relatório Mundial da Infância da Unicef de 1995, apenas Angola, Moçambique e Guiné-Bissau apresentam uma evasão escolar entre a 1ª e a 5ª série pior que o Brasil. Segundo o relatório da Unesco, o Brasil é o campeão sul-americano em analfabetismo infantil, segundo o IBGE no nordeste do país cerca de 35% dos meninos entre 10 e 14 anos são analfabetos! Segundo dados compilados pela Unesco e pelo Banco Mundial, dos países com renda per capita comparável com a brasileira apenas a Venezuela apresenta uma taxa de matrícula no ensino secundário pior que a nossa. Desses mesmos países apenas Trinidad e Tobago tem um ensino superior mais minguido, no que diz respeito à porcentagem da população atingida, do que o Brasil. Uruguai, Chile e Argentina engajam uma porcentagem de jovens no ensino superior entre 3 e 5 vezes maior que o Brasil.

Pode-se arrolar uma série de causas que nos levaram a tal situação. Entretanto, quaisquer que sejam, estas causas se concretizam no arrocho orçamentário da educação pública.

Para esconder esse arrocho, tanto da comunidade nacional como internacional, sucessivos ministros e secretários de educação têm sido convites com a absurda liberalidade com que gastos de toda a espécie são atribuídos à educação. Não seguindo as recomendações da Unesco de quais despesas podem ser classificadas como gastos em educação, o Brasil faz uma maquiagem de sua contabilidade social. Assim, encontramos hoje como despesas com educação o financiamento de ciência e tecnologia, a manutenção de hospitais, despesas com rádio, televisão, jornais, museus e bibliotecas não diretamente voltadas à educação escolar, pagamento de aposentadorias, despesas com juros de empréstimos à educação, a prestação específica de serviços entre muitos outros. Não que essas despesas não possam ou não devam ser feitas por organismos voltados à educação; podem e, em muitos casos, devem, pois as atividades correspondentes são melhor desenvolvidas pelos organismos educacionais do que por outros. O que não se pode é dizer que elas correspondem a despesas com educação escolar.

É comum também encontrar-se catalogadas como despesas de educação coisas como iluminação pública, pagamento

de assessores de outros setores, compra de veículos para fins não-escolares e muitos outros arbitrariamente pagos por secretarias municipais de educação - e também por secretarias estaduais e pelo próprio MEC. Mas estas práticas se prestam mais a elaboração de anedotas do que a análises.

Procedendo-se da forma que se procede atualmente, incha-se artificialmente as despesas com educação e dificulta-se uma comparação internacional objetiva. O argumento que segue a esse inchaço é que há recursos suficientes para a educação escolar e se a situação vai mal a solução deve ser procurada com reformas dentro do sistema.

Vemos com frequência esse argumento ser usado na imprensa ou por organismos ligados a questão que exploram o fato de que "de cada 100 dólares aplicados no setor educacional apenas 50 chegam à sala de aula, sendo outros 50 desperdiçados". Ora, a verdade é que para cada 50 dólares aplicados no sistema escolar outros 50 são indevidamente debitados na conta da educação!

Atualmente os gastos correntes com educação pública no Brasil são da ordem de 2,6% do PIB, valor entre duas e três vezes menor do que deveria ser e do que efetivamente é aplicado em países que conseguiram

superar ou estão superando atrasos escolares. Mas esse não é um dado público e sim uma estimativa (Universidade e Sociedade, nº 7, junho, 1994), pois o Brasil é um dos pouquíssimos países a não informar à Unesco, e talvez o único a jamais tê-lo feito, os gastos correntes com educação.

A proposta do Conselho Estadual de Educação de regulamentar o que pode e o que não pode ser classificado como gasto em educação é um desafio.

Caso os organismos ligados à educação não aceitem imediatamente esse desafio e continuem a conviver com a maquiagem que atualmente é feita, não restarão esperanças para a educação escolar de nossa população e continuaremos a amargar as propostas demagógicas e pirotécnicas tão frequentes nas últimas cenas, como Mobral, Cieps, Ciaes e Caies, Projetos Educar e Educação e Cidadania, Municipalização, Parcerias, Escolas Padrão e muitas outras. É claro, continuaremos a amargar aqueles indicadores escolares arrolados no início que não apenas nos envergonham e entristecem como também nos ancoram firmemente neste terceiro mundo onde as perspectivas de um desenvolvimento cultural, social, econômico e político estão completamente ausentes.

Andes lança agência de notícias

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior colocou em funcionamento, com recursos próprios e das associações docentes, uma agência de notícias voltada a cobrir o Congresso Nacional, especificamente a Reforma Constitucional, segundo a ótica dos trabalhadores. A idéia é, do ponto de vista interno, transformar a agência num eficiente instrumento de comunicação para a comunidade docente e, no plano externo, torná-la uma alternativa a mais de informação para os órgãos de imprensa e, como consequência, para a sociedade.

A agência já está produzindo boletins informativos com transmissões para as associações docentes e demais sindicatos de trabalhadores, e para os principais veículos de comunicação do país. A agência, que pretende cobrir todo o país, vai aproveitar a estrutura de comunicação montada nas associações filiadas ao Sindicato Nacional. As assessorias de

imprensa locais funcionarão como sucursais e estarão permanentemente interligadas ao escritório central da agência em Brasília, formando uma rede de comunicação.

A criação da agência é uma idéia que vinha amadurecendo no Sindicato Nacional, como um instrumento fundamental para a democratização da informação no país, e a Adusp, seção sindical da Andes, está contribuindo com a implantação deste projeto. Além de colocar a sua estrutura de comunicação a serviço da nova agência, a Adusp encaminhou, após aprovação do Conselho de Representantes, R\$ 3.000, a título de contribuição para a aquisição de equipamentos de informática e de escritório.

Nas duas primeiras transmissões da agência Andes, foram entrevistados o jurista Jansen Fialho de Almeida, procurador do Governo do Distrito Federal, e o senador do Partido dos Trabalhadores pelo Distrito Federal, Lauro Campos.

Fialho de Almeida anali-

sou a proposta de extinguir as receitas vinculadas, que o governo federal deverá encaminhar ao Congresso até o final do ano, e garante que essa medida, que retira os 18% destinados pela Constituição Federal à educação, fere o direito de acesso ao ensino público e gratuito e que, portanto, poderá ser questionada judicialmente.

Já o senador Lauro Campos, afirma que a proposta do governo de privatizar as universidades federais tornará o ensino de nível superior ainda menos acessível à população brasileira, aprofundando os desníveis sociais e consolidando o modelo de sociedade baseado nas relações de exclusão. Segundo ele, o que o governo está pretendendo com a transformação das universidades em organizações sociais é criar um sistema que garanta ao poder econômico o monopólio do saber.



"No fundo, o que se privilegia, mais uma vez, como sempre acontece no Brasil, é o poder do chamado capital produtivo em detrimento do capital humano. Então, a mudança que se propõe para a universidade é a repetição desse padrão em que as coisas rentáveis continuam com o privilégio exclusivo da administração", afirmou o senador Lauro Campos.

Resumo do Relatório da Tesouraria

Junho de 1995

Saldo de Maio: R\$ 395.219,06

1. Receitas

1.1. Contribuição Sócios	R\$ 70.700,52
1.2. Prestação Serviços	R\$ 55,50
1.3. Rendimentos Aplic. Financ.	R\$ 18.375,80
1.4. Outros	R\$ 4.047,91

Disponível R\$ 488.398,79

2. Despesas

2.1. Pessoal/Encargos Sociais	R\$ 26.273,08
2.2. Repasse a ANDES-SN	R\$ 12.859,12
2.3. Diretorias Regionais	R\$ 1.150,00
2.4. Manutenção da Sede	R\$ 5.591,01
2.5. Comunicação	R\$ 12.454,98
2.6. Eventos	R\$ 4.240,38
2.7. Outros	R\$ 9.381,58

Total Despesas R\$ 71.950,15

Saldo de Junho R\$ 416.448,64

3. Ativo Financeiro

3.1. Aplicações em RDB+FBN	R\$ 339.802,42
3.2. Poupança	R\$ 77.165,84
3.3. Conta Corrente	(R\$ 746,29)
3.4. Caixa Secretária	R\$ 226,67

Total do Ativo Financeiro R\$ 416.448,64

Seminário debate a Lei de Patentes

Agência Andes - A aprovação da Lei de Patentes nos moldes propostos pelo governo será um duro golpe contra a soberania nacional. Além de aprofundar o quadro de miséria no país, fragilizará ainda mais a indústria brasileira diante dos interesses comerciais estrangeiros, comprometendo a economia nacional.

Essa foi a conclusão a que chegaram as dezenas de pessoas (parlamentares e representantes de entidades da sociedade civil) que participaram do seminário promovido pelo Fórum pela Liberdade do Uso do Conhecimento, no Auditório Petrônio Portela, no Senado Federal.

Durante o debate, coordenado pela Andes, nove senadores e deputados federais fizeram pronunciamentos contrários à posição submissa do governo brasileiro frente às pressões do gover-

no norte-americano.

Na mesa de debates, da qual participaram os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Roberto Requião (PMDB-PR), a grande ausência foi a do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), que havia confirmado presença. Ele é o relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, onde o projeto está tramitando.

Também participaram da mesa o presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Argentino, Ricardo Lafferriere; o representante da Associação Latino Americana de Indústria Farmacéutica (ALIFAR), Pablo Challú; o presidente da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (ALANAC), Dante Alario Junior, e o secretário de Agricultura do Distrito Federal, João Luís Homem de Carvalho.